

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

PROGRAMA DO CONCURSO

CONCURSO PÚBLICO

Nº 02/2013

**Alienação de material lenhoso em pé da floresta na Quinta da Alagoa
do**

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Instituto Politécnico de Viseu

Avª Coronel José Maria Vale de Andrade, s/nº

Campus Politécnico

3504-510 VISEU – Portugal

Telefone: 232480700, Fax: 232480750

Email: ipv@pres.ipv.pt

abril

2013



Índice

Artigo 1º - Objeto do concurso

Artigo 2º - Entidade Pública Contratante

Artigo 3º- Órgão que tomou a decisão de contratar

Artigo 4º - Concorrente

Artigo 5º - Órgão competente para prestar esclarecimentos

Artigo 6º - Documentos da Proposta

Artigo 7º - Prazo e modo de apresentação das propostas

Artigo 8º - Consulta das peças do procedimento e propostas

Artigo 9º - Critério de adjudicação

Artigo 10º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Artigo 11º - Relatório preliminar

Artigo 12º - Audiência prévia

Artigo 13º - Relatório final

Artigo 14º - Adjudicação e notificação da decisão de adjudicação

Artigo 15º - Documentos de habilitação



CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2013 - Alienação de material lenhoso em pé da floresta na Quinta da Alagoa do INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

PROGRAMA DO CONCURSO

Artigo 1.º

Objeto do Concurso

O presente procedimento tem por objeto a alienação de material lenhoso em pé da floresta na Quinta da Alagoa do Instituto Politécnico de Viseu

Artigo 2.º

Entidade pública contratante

A entidade pública contratante é o Instituto Politécnico de Viseu, sita na Avª Coronel José Maria Vale de Andrade, s/nº, Campus Politécnico, com os números de telefone 232480700, de fax 232480750, com o e-mail: ipv@pres.ipv.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, nos termos do artº36º nº1 do CCP, conjugado com o artº 17º al. b) do nº1 do Decreto-Lei nº197/99 de 8 de Junho.

Artigo 4.º

Concorrentes

Só podem ser concorrentes as entidades que tenha a sua situação regularizada relativamente a impostos bem como no que concerne a contribuições para a segurança social.

Artigo 5.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

1- Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados por meio escrito, através do e-mail: compras@pres.ipv.pt, até às 17h30 do dia 14 de maio de 2013.

2- A resposta aos pedidos de esclarecimento e demais comunicações do Júri do Procedimento sobre o presente programa de concurso será enviado até ao dia 31 de maio de 2013.

Artigo 6.º

Documentos da Proposta

1- A proposta de preço a apresentar será de valor global, identificando os pagamentos a processar no ato da outorga do contrato (50%) e no dia anterior ao início do abate (50%).



2- Declaração em como o concorrente se encontra nas situações previstas no artigo 4º do presente procedimento.

3 – Declaração em como o concorrente terá no momento de início da alienação as apólices de seguros contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal presente no local dos trabalhos e de responsabilidade civil.

Artigo 7.º

Prazo para apresentação das propostas

1 – A proposta poderá ser apresentada para o Instituto Politécnico de Viseu, Avª Coronel José Maria Vale de Andrade, 3504-510 VISEU, mediante o envio para o e-mail: compras@pres.ipv.pt, até às 17h30 do dia 7 de junho de 2013.

Artigo 8.º

Consulta das peças do procedimento e propostas

1 – Os interessados poderão consultar as peças do procedimento no site do Instituto Politécnico de Viseu (www.ipv.pt) ou nas instalações do Instituto Politécnico de Viseu - Departamento Técnico, na morada indicada no artigo 2º, no horário de expediente (9h00-12h30 e 14h00-17h30).

2 – Os concorrentes poderão consultar as propostas nas instalações do Instituto Politécnico de Viseu - Departamento Técnico, na morada indicada no artigo 2º, no horário de expediente (9h00-12h30 e 14h00-17h30).

Artigo 9.º

Critério de adjudicação

A adjudicação será feita segundo o critério do mais elevado preço, não podendo ser inferior a 5.000,00 € (valor base do procedimento).

Artigo 10.º

Prazo para manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contado da data do termo do prazo fixado para apresentação dessas propostas.

Artigo 11.º

Relatório preliminar

1 – Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, O Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a respetiva ordenação.

2 - No relatório preliminar o Júri deve propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas.

3 – No relatório far-se-á referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do artigo 5º do presente programa de concurso.



Artigo 12.º

Audiência Prévia

O Júri fixará um prazo não inferior a cinco dias para que os concorrentes, querendo, se pronunciem, por escrito, sobre o teor do relatório preliminar.

Artigo 13.º

Relatório Final

1 – Decorrido o prazo para a audiência prévia, o Júri elabora um relatório final fundamentado, no qual ponderará as observações dos concorrentes e manterá ou modificará o teor e as conclusões do relatório preliminar.

2 – Se do relatório final resultar uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a uma nova audiência prévia nos termos do artigo anterior.

3 – O relatório final, em conjunto com todos os documentos que compõem o processo de concurso público será remetido ao órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 14.º

Adjudicação e notificação da decisão de adjudicação

1 – Não se verificando existir fundamento para a decisão de não adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notifica-la aos concorrentes.

2 – A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.

3 – Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar, notifica o adjudicatário para apresentar os documentos exigidos no artigo subsequente.

Artigo 15.º

Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

1 - O adjudicatário deve apresentar, no prazo de cinco dias úteis contados da data da notificação da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

a) Documento com a indicação do código de acesso on-line à certidão permanente do registo comercial ou, em alternativa, a própria certidão;

b) Declaração do consentimento para consulta on-line, nos termos do Decreto-Lei nº 114/2007 de 19 de Abril, da situação regularizada relativa a contribuições para a segurança social em Portugal ou, em alternativa, documento comprovativo da situação regularizada em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal, tendo em vista proceder posteriormente aos pagamentos aos pagamentos que forem devidos;

c) Declaração do consentimento para consulta on-line, nos termos do Decreto-Lei nº 114/2007 de 19 de Abril, da situação regularizada relativa a impostos devidos em Portugal ou, em alternativa, documento comprovativo da situação regularizada em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento

principal, tendo em vista proceder posteriormente aos pagamentos aos pagamentos que forem devidos;

2 – Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, porém quando pela sua própria natureza ou origem estiverem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.

3 – A adjudicação caduca se, por facto imputável ao adjudicatário, este não apresentar os documentos no prazo fixado no nº 1 deste artigo.

4 – Quando se verifique não ter sido dado cumprimento ao disposto no presente artigo por motivo não imputável ao adjudicatário o órgão competente para a decisão de contratar concede em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

5 – A falsidade de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação e a participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Verificando-se a caducidade da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Instituto Politécnico de Viseu, 17 de maio de 2013

O Presidente do Instituto Politécnico,



Prof. Fernando Lopes Rodrigues Sebastião